

NONA

Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XVI | Número 189

Tribunal reafirma meta de concluir neste ano o fórum de Londrina



O presidente do TRT do Paraná, desembargador Ney José de Freitas, durante inspeção das obras do Fórum, retomadas em março



Dalazen lidera processo eletrônico

O presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, chamou para si a liderança da implantação do processo eletrônico e pediu esforço e unificação dos Tribunais Regionais.

► PÁGINA 13

Varas terão internet ultrarrápida

Todas as Varas do Trabalho do Paraná terão, até o fim de maio, o serviço de internet mais rápido disponível no mercado. O link, adquirido junto à Copel, foi testado com sucesso na VT de Cambé.

► PÁGINA 3

Fórum de Curitiba tem nova sala para advogados



Os presidentes da Associação dos Advogados Trabalhistas, da OAB-PR e do Tribunal Regional do Trabalho descerram a placa em comemoração à reforma da sala

Desde o dia 22 de março os advogados que atuam na Justiça do Trabalho em Curitiba dispõem de um espaço melhor, com a ampliação das instalações da sala da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná (AATPR), no Fórum de Primeiro Grau da Justiça do Trabalho. A Sala dos Advogados, como é conhecida, é ponto tradicional de convergência dos profissionais da advocacia que militam nas 23 Varas do Trabalho curitibanas, nos intervalos entre audiências, servindo de apoio para redação de petições urgentes, leitura de despachos e sentenças e encontro com os colegas.

Participaram da cerimônia dezenas de advogados, magistrados e servidores do Fórum.

► **PROCESSO ELETRÔNICO** - O presidente da AATPR, Marco Antonio César Villatore, destacou em seu pronunciamento, na cerimônia de entrega das obras, a importância do reequipamento do espaço, com computadores que dão rápido acesso à internet. Ele elogiou o esforço do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, na pessoa de seu presidente, desembargador Ney José de Freitas, pela implementação do processo eletrônico, que facilita e acelera os atos processuais, com economia de tempo, deslocamento físico e recursos naturais, como o papel.

O dirigente do TRT exaltou o indispensável papel da advocacia para a Justiça e o Estado Democrático, bem como a apropriada homenagem que a Associação dos Advogados Trabalhistas prestou aos ex-presidentes da entidade, com uma galeria de retratos desenhados com a técnica conhecida por bico de pena. Reverenciou também a memória do pioneiro dos presidentes da AATPR, professor João Régis Fassbender Teixeira, representado na solenidade pela filha Regina Kracik Teixeira e pelo filho Napoleão Teixeira Neto, também advogado trabalhista.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná, José Lúcio Glomb, lembrou a cultura jurídica, o talento e o temperamento alegre do professor Teixeira, inspirador de mais de uma geração de advogados que abraçaram o ramo trabalhista do Direito na capital paranaense.

César Caldas

Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargador Ney José de Freitas

Vice-Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Corregedor Regional:

Desembargador Arnor Lima Neto

Diretor-Geral:

Eduardo Silveira Rocha

Secretária-Geral da Presidência:

Rosana de Lurdes Mendes

Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial

e Seção Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Gladimir Nascimento

Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

Redação:

Danielle Mengarda, Flaviane Galafassi, Gladimir Nascimento, Letícia Gabriele, Luiz Munhoz, Marcos Dias, Maria Celeste Corrêa e Nelson Copruchinski

Fotografia:

Inara Passos, Luiz Munhoz, Rúbia Batalini Thyrza Wolk e arquivo do TRT-PR

Revisão:

Danielle Mengarda, Flaviane Galafassi, Gladimir Nascimento e Maria Celeste Corrêa

Projeto gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

500 exemplares

Disponível no site do TRT

www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Via Laser

Sugestões e opiniões para o NONA:

Assessoria de Comunicação Social do TRT

Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528 - 5º andar

CEP 80.430-180 - Curitiba-PR

Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171

ascom@trt9.jus.br

Missão do TRT-PR

"Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão".

Visão do TRT-PR

"Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista".

Novos links dão ao Tribunal capacidade 8 vezes maior na transmissão de dados

As 86 varas do trabalho terão internet banda larga ultrarrápida até o fim do mês de maio, otimizando o processo eletrônico

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná adquiriu da Copel (Companhia Paranaense de Energia) links ultrarrápidos para as suas 86 Varas do Trabalho, instaladas em 51 municípios. A nova infraestrutura viabilizará o serviço de internet banda larga ultrarrápida, com transmissão de dados por fibras óticas, por meio de modernas plataformas tecnológicas das redes de acesso, transporte e comutação de informações. Serviço único no mercado, este sistema amplia a transmissão de dados do TRT-PR em oito vezes, aumentando consideravelmente a velocidade da conexão.

O grande “up grade” da conexão de Internet do TRT foi possível porque a Copel investiu na instalação de uma rede de fibras óticas de 3 mil quilômetros, que já interliga boa parte do Paraná. Desta forma, as 86 Varas do Trabalho poderão ser conectadas com maior velocidade ao Data Center, instalado em Curitiba, que reúne e armazena todos os dados do Tribunal. O novo sistema será extremamente útil aos juízes e servidores das varas do interior, que dependem deste tipo de acesso para atuar. “Este serviço se encaixa exatamente naquilo que precisávamos, com a vantagem adicional de dispendermos praticamente os mesmos recursos financeiros por um sistema muito melhor, mais rápido e eficiente”, enfatiza o diretor geral do TRT-PR, Eduardo Silveira Rocha.

A primeira vara do interior conectada ao novo sistema foi a de Cambé, local onde o processo eletrônico já está em operação desde dezembro de 2010. Até o dia 25 de março, data da implantação, o simples ato de abrir um processo eletrônico no computador levava mais de cinco minutos. Para assinar um documento pelo processo eletrônico, a



Inara Passos

De acordo com o diretor-geral, Eduardo Rocha, o Tribunal terá um serviço muito melhor por um custo próximo ao anterior

difficuldade era ainda maior: eram necessários de 15 a 20 minutos. Hoje, para abrir um processo eletrônico ou assinar um documento na Vara do Trabalho de Cambé são necessários apenas alguns segundos. “O nosso trabalho diário ficou muito mais fácil, pois lidamos com mais de uma centena de processos eletrônicos todos os dias”, comemora Cláudia Boal, diretora da Vara em Cambé. Na sequência, o sistema será levado à cidade de Londrina e região e, depois, às demais varas do Paraná.

Maria Celeste Corrêa

Saúde e beleza no Dia Internacional da Mulher

A saúde e a beleza foram os temas abordados para comemorar o Dia Internacional da Mulher no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, com o evento “Uma tarde de beleza”, voltado às funcionárias terceirizadas do Tribunal. Elas assistiram a uma palestra sobre “HPV e sua prevenção”, coordenada pelo professor adjunto de Ginecologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Edison Luiz Almeida Tizzot, com apoio da Unimed. Em seguida, participaram do minicurso “Automaquiagem e maquiagem corretiva”, da maquiadora Nara Tatiane Ripp.

A presidente da Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR, desembargadora Ana Carolina Zaina, explicou a importância dos cuidados com a aparência: “A beleza, antes de tudo, é qualidade de vida”. De acordo com ela, “a intenção do evento é aproximar os funcionários que integram a estrutura administrativa do Tribunal e fazer que não se sintam terceiros”. Na opinião da juíza Lisiane Sanson Pasetti Bordin, ocasiões como essa contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. “A beleza faz parte da natureza humana, desde os primórdios o ser humano admira o belo”, disse ela. Ao fim, foram sorteados kits de maquiagem para as participantes.

Força-tarefa da Advocacia Geral da União viabiliza execução de 75 processos no PR

Uma força-tarefa da Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão ligado à Advocacia-Geral da União (AGU), atuando no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, de 28 de março a 1º de abril, analisou 387 processos judiciais em fase de execução fiscal e que têm recurso da União. O objetivo da força-tarefa, coordenada pela procuradora Rúbia Akemi Hirayama Gheller, era verificar quais desses processos poderiam ser dispensados pela Procuradoria, em razão do valor. Isso porque a Portaria 176/2010, do Ministério da Fazenda, estabelece que o órgão jurídico da União responsável pelo acompanhamento da execução das contribuições previdenciárias, perante a Justiça do Trabalho, poderá deixar de se manifestar quando a base de cálculo for igual ou inferior a R\$ 10 mil.

Dos 387 processos avaliados no TRT-PR durante a semana, 75 foram dispensados pela PGF, o que corresponde a 19% dos processos analisados. São recursos que não precisarão mais ser julgados pelo TRT-PR, economizando dinheiro público e acelerando a execução dos processos. “Faz parte da missão da Procuradoria a redução de demandas, e diminuir o número de processos em trâmite na Justiça concretiza esse nosso trabalho”, lembrou o subprocurador no exercício da Chefia da Procuradoria Federal no Estado do Paraná, Benedito Gomes Barboza.

De acordo com o procurador Kristian César Micheletti Cobra, integrante da equipe de nove profissionais que esteve no TRT-PR, muitos processos não precisariam seguir para a Procuradoria, por estarem dentro da base de cálculo da contribuição previdenciária de R\$ 10 mil. “Desta forma, poderíamos reduzir o número de recursos que há aqui, evitando julgamentos que talvez seriam desnecessários em primeira instância para exigir créditos que, provavelmente, não pagariam sequer o trabalho dos servidores federais envolvidos”, conclui.



Subprocurador Benedito Barboza, procuradora Rúbia Gheller e desembargador Ney José de Freitas, presidente do TRT-PR



Cerimônia na presidência marcou a conclusão dos trabalhos da Advocacia Geral da União no TRT do Paraná

A iniciativa da força-tarefa partiu da própria administração do TRT-PR, que solicitou à Advocacia-Geral da União a participação de um grupo de procuradores para analisar os processos em trâmite no TRT-PR, na fase de execução fiscal. “Um dos meus compromissos, ao assumir a presidência do TRT-PR, foi acelerar o trâmite dos processos, principalmente na fase de execução. Isso gera uma sequência de procedimentos, inclusive mudança de cultura dentro da própria instituição”, explicou o presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas. De acordo com o procurador Kristian Cobra, muitos juízes continuam intimando os procuradores para se manifestar no processo, mesmo naqueles que se enquadram na Portaria 176/2010. “Isso termina por gerar recurso, pois o procurador acaba aferindo e verificando alguma eventual discordância de posicionamento”, destacou.

De acordo com a procuradora Carliane de Oliveira Carvalho, outra grande vantagem na aplicação da Portaria 176/2010 é a celeridade dos processos. Muitas vezes, disse ela, “além dos gastos maiores, temos também um tempo muito mais longo, como no caso de um processo que está em uma Vara do Trabalho do Interior. Ele sai da Vara, vai para a Procuradoria, tem a manifestação do procurador, volta, tem vários servidores envolvidos em juntar essa petição a ser analisada pelo juiz, que a envia para o Tribunal. Aqui, ele pode ficar por mais de um ano, até ser julgado e voltar à Vara para se continuar a execução”.

Flaviane Galafassi

TRT do Paraná já cumpriu quatro das cinco Metas do CNJ para o ano de 2011

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) já cumpriu quatro das cinco Metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) previstas para 2011. As metas foram lançadas no último dia 31 de abril, em Brasília. Neste ano, o Conselho modificou a metodologia e a forma de comunicar as Metas, que, agora, passaram a ser chamadas de "Compromissos" da Justiça com o cidadão e são resumidas a quatro determinações genéricas e uma específica para a Justiça do Trabalho:

1 - Criar unidade de gerenciamento de projeto nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

O TRT do Paraná já possui essa unidade. É a Secretaria de Planejamento Estratégico, Gestão e Estatística (SEPEGE), criada em 8 de outubro do ano passado. A Secretaria encontra-se em pleno trabalho de revisão do Planejamento Estratégico, com a participação progressiva de todos os setores do Tribunal.

Desde o início deste ano, a SEPEGE vem realizando uma série de encontros de sensibilização e esclarecimento e deverá, em breve, iniciar o diagnóstico geral da estratégia no TRT, por meio de consulta a 100% dos magistrados e servidores.

2 - Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

Esta é outra Meta que já nasceu cumprida para o TRT do Paraná – que é justamente o Regional que mais aperfeiçoou a gravação audiovisual de audiências, com o desenvolvimento do Fidelis, o software que permite "navegar" as gravações, localizando rapidamente as palavras-chave, por meio de marcações eletrônicas. O Fidelis, vencedor do Prêmio Innovare de

2010, vem sendo adotado por vários tribunais, no Brasil e no exterior, e está sendo traduzido para o Espanhol.

3 - Julgar quantidade igual de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

Esse é o compromisso que resume, de certa maneira, as Metas 1 e 2 do ano anterior, unificando a medição do desempenho judiciário. Tendo cumprido, de imediato, todas as outras Metas, a 9ª Região poderá concentrar nesse compromisso todos os esforços. O resultado mensal pode ser acompanhado pelo e-Gestão. No mês de fevereiro, por exemplo, estávamos com 96,1% dos processos de conhecimento, um número muito bom para essa época do ano, e em março ultrapassamos a meta: 100,1% no acumulado desde janeiro. O resultado tende a melhorar nos meses seguintes e declinar nos últimos meses, valendo para o relatório final a média dos 12 meses.

4 - Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do poder judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

Já existem iniciativas suficientes para cumprir, formalmente, esta Meta, como a Carta de Serviços ao Cidadão, o programa de rádio "TRT Responde" e o concurso de redação que está sendo instituído por meio de convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba. Porém, nos próximos meses, esse serviço ao público deverá ser significativamente ampliado.

5 - Criar o núcleo de apoio à execução.

A Meta 5 já foi cumprida, há um ano, quando foi criado o Grupo de Apoio à Execução (GAX).



Magistrados de todo o País participaram da reunião do Conselho Nacional de Justiça para apresentação das metas de 2011

Encontro de aposentados no TRT-PR relata as memórias da Justiça do Trabalho

Em meio a abraços, ex-servidores e magistrados tiveram a oportunidade de rever amigos e perpetuar suas lembranças

“**C**erta vez, disse um poeta que ‘o caminho se faz caminhando’. E se o caminho for trilhado com base na experiência daqueles que já o percorreram, torna-se muito mais leve”. Com essas palavras, a desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão saudou os participantes da segunda edição do encontro “Memórias da Justiça do Trabalho”, realizado no dia 25 de março, no Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR).

Os olhares atentos e os sorrisos envaidecidos guardavam a história de anos de dedicação ao Tribunal. Anos de experiência e conhecimento relatados pelos cerca de 40 servidores e magistrados aposentados que participaram da confraternização.

“Além da oportunidade de encontrar as pessoas com quem trabalhamos, é também a chance de nos posicionarmos novamente nesse ambiente do Tribunal”, explica o oficial de justiça aposentado Artur Palu Filho. Já para o magistrado José Fernando Rosas, a ocasião proporcionou a chance de “reviver e rever os amigos”, que, por conta da aposentadoria, acabaram se distanciando.

Em meio à confraternização, o encontro teve a gravação

de depoimentos dos aposentados, relatando suas experiências e memórias. Os vídeos serão posteriormente incorporados ao acervo do Centro de Memória, que já abriga relatos dos participantes do primeiro encontro, realizado no final de 2010. “A história se faz integralmente com depoimentos e documentos. E se deixarmos passar muito tempo sem que haja um registro, muitos dados irão se perder”, aponta Palu Filho.

Magistrados aposentados que presidiram o TRT-PR prestigiaram a programação do Centro de Memória. Compareceram os presidentes Pretextato Pennafort Taborda Ribas Netto, Indalécio Gomes Netto, Pedro Ribeiro Tavares e José Fernando Rosas. Junto com os demais participantes, eles ouviram a apresentação do grupo vocal do Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho de Curitiba (Sinjutra). O coral revisitou o cancionário popular brasileiro, com enfoque nas canções dos três estados do Sul do Brasil – lugares de origem da maioria dos servidores –, tais como “Prenha Minha”, “Lagoa da Conceição” e “Terra Canção”.

Leticia Gabriele



Cerca de 40 pessoas, entre servidores e magistrados aposentados, participaram do segundo encontro “Memórias da Justiça do Trabalho”



Inara Passos

Quatro magistrados que presidiram o TRT-PR: Indalécio Gomes Neto, Pretextato Pennafort Taborda Ribas Netto, Pedro Ribeiro Tavares e José Fernando Rosas, com a atual vice-presidente, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão



Inara Passos

Magistrados e servidores se reencontraram e gravaram depoimentos para a reconstituição da história do TRT



Inara Passos

O coral do Sinjutra encantou os aposentados ao relembrar clássicos do cancionero popular brasileiro



Inara Passos

Indalécio Gomes Neto, que foi ministro do TST e presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná



Inara Passos

Durante a confraternização, o público acompanhou atento os relatos das experiências e memórias dos colegas

Programa de Desenvolvimento Gerencial inicia treinamento em Cascavel e Maringá

Começou pelas cidades de Cascavel e Maringá o Programa de Desenvolvimento Gerencial 2011 da Escola Judicial do TRT-PR. O primeiro encontro foi realizado no dia 18 de março, em Cascavel, onde a Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Foz do Iguaçu, Neide Consolata Folador, fez uma palestra sobre "Expropriação". Em sua palestra, a magistrada ponderou sobre diversos aspectos da expropriação que são importantes na realização do direito do reclamante. Quanto às perspectivas, a juíza comentou que "felizmente, algumas alterações processuais foram trazidas, a partir de 2006, com procedimentos muito mais modernos em técnicas de expropriação. Isso trouxe efetividade aos leilões, principalmente na venda a prazo de bens, com destaque para imóveis penhorados".

O projeto de capacitação desenvolvido pela EJ foi apresentado pelas servidoras Rosa Chichorro e Cristiane Zanello e teve como tema "Gestão de Pessoas e de Processos". A ação ocorreu em continuidade ao trabalho iniciado em 2010 – e que terá mais 22 horas em Educação à Distância (EaD).

Participaram do encontro os diretores de Varas do Trabalho de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Laranjeiras do Sul, Palmas, Pato Branco, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e o Chefe do Posto de Atendimento de Palotina.

O encontro foi realizado na sala de treinamento do Fórum da Justiça do Trabalho de Cascavel, que agora dispõe de amplo espaço e todos os recursos necessários para capacitação.

Ao final do evento, foi realizada, com a participação do juiz titular da 2ª Vara do Trabalho de Cascavel, Daniel Rodney Weidman, uma homenagem à juíza Neide Folador, por sua contribuição ao encontro e pela proximidade de sua aposentadoria. Neide Consolata Folador deve se aposentar em aproximadamente 2 meses.



A juíza Neide Consolata Folador recebeu um CD de música regional do juiz Daniel Rodney Weidman



Rosa Chichorro, servidora da Escola Judicial, durante apresentação do programa aos diretores de Varas do Trabalho

► Encontro - Pólo Maringá

Em Maringá, no dia primeiro de abril, o Programa de Desenvolvimento concentrou-se em ampliar a capacidade dos gestores de 1º grau, além de analisar questões da execução trabalhista. Participaram os diretores de unidades de Maringá, Umuarama, Francisco Beltrão, Cianorte, Nova Esperança, Paranavaí e Campo Mourão, além do chefe do Posto Avançado de Loanda.

O juiz titular da 5ª Vara do Trabalho de Maringá, Marcus Aurélio Lopes, discorreu sobre questões práticas da "Execução Trabalhista". O magistrado enfatizou que a Justiça do Trabalho já dispõe de ferramentas eletrônicas de pesquisa em cadastros comerciais, fiscais e de bancos, o que propicia rapidez na busca de informações. Existem, contudo, casos em que a parte não é encontrada ou não possui dinheiro ou bens. Para estas situações, o magistrado vislumbra dois caminhos: "O primeiro seria estabelecer um tempo máximo em que a execução pode tramitar, como, por exemplo, cinco ou 10 anos. Se, depois deste prazo, a execução não atingir o seu fim, ela seria extinta,

seja pela frustração ou pela prescrição. A outra solução é a conciliação, que representa um grande incentivo em termos de execução. A prática de parcelamento de dívidas, o parcelamento e a isenção de custas e despesas processuais também possibilitam uma melhoria no desempenho na fase de execução".

► **OUTROS TREINAMENTOS** - Na sequência, ocorreu em Curitiba, no dia 8 de abril, um encontro destinado às Varas e Distribuição de Araucária, São José dos Pinhais, Paranaguá, Ponta Grossa, Guarapuava, Irati, Castro, Pinhais e União da Vitória, além da chefia do Posto Avançado de Rio Negro. Os próximos encontros irão ocorrer no dia 6 de maio, também em Curitiba (Varas e Distribuição de Curitiba, Ivaiporã e Colombo, Posto de Atendimento de Campo Largo), e no dia 20 de maio, em Londrina, para as Varas e Distribuição de Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Telêmaco Borba, Wenceslau Braz, Jacarezinho, Santo Antonio da Platina, Cornélio Procópio, Bandeirantes, Porecatu, Jaguariaíva e Posto de Atendimento de Ibaiti.

Luiz Munhoz



Palestra para diretores das Varas do Trabalho



Juiz titular da 5ª VT de Maringá, Marcus Aurélio Lopes

Site publica revistas do Tribunal desde 1976

Todas as edições da Revista do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, publicadas desde setembro de 1976, foram disponibilizadas no site do Tribunal. Nas 65 edições digitalizadas, a revista possui mais de 700 artigos, jurisprudência, discursos e informações sobre o Direito do Trabalho. Essa iniciativa da Escola Judicial do TRT-PR visa à conservação dos conteúdos publicados. A assessora da escola, Maria Ângela de Novaes Marques, explica que o "acervo doutrinário não apoia somente a pesquisa na área do Direito do Trabalho, mas também dá suporte aos interessados pela história da evolução do próprio Tribunal".

A digitalização foi realizada pela servidora Dorilis França Dutra. Ela ressalta que o leitor agora "tem nas mãos toda a história do Tribunal, e isso tudo em um só lugar". A publicação é editada semestralmente e possui conteúdos regionais, nacionais e internacionais. A distribuição é feita para todo o Judiciário brasileiro, outros órgãos públicos, bibliotecas e universidades, inclusive do exterior. Para conhecer o acervo, basta clicar em "Revista do Tribunal", ou no ícone da Escola Judicial, localizado no lado direito da página inicial do site www.trt9.jus.br.

Com Pare e Pense, Meta 6 foi cumprida "três vezes", com economia de 6,27%

A campanha "Pare e Pense", realizada para identificar meios de racionalização de recursos que possuem impacto ambiental, produziu resultados surpreendentes no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal dispendeu, no ano passado, 6,27% menos em papel, água, energia, telefonia e combustíveis. Como a Meta estabelecida pelo CNJ (Meta 6) era economizar 2%, o objetivo foi atingido em 313,5%, mais de 3 vezes o desejado.

A racionalização do uso do telefone colaborou fortemente para o bom resultado. O gasto com telefonia foi 28,4% menor (ou seja, se a Meta 6 levasse em conta somente 2% de economia com telefone, a meta teria sido atingida em mais de 1.400%). Porém, do ponto de vista ambiental, foi com a diminuição do uso de papel que o TRT-PR mais avançou: em 2009, haviam sido consumidas 33.661 resmas, reduzidas para 30.188. Uma resma corresponde a 500 folhas, portanto 1,74 milhão de folhas deixaram de ser necessárias. Economia de 10,3%.

Em combustível, outro insumo de forte impacto ambiental, o Tribunal conseguiu um consumo 8,1% menor, mesmo atendendo a um número maior de unidades.

O bom desempenho em telefonia, combustíveis e papel compensou a dificuldade de reduzir o resultado anual em energia. Como sabem os que participaram do esforço de economia, até meados de 2010 o consumo, em vez de diminuir, havia aumentado, em cerca de 14%. Isso ocorreu devido ao forte calor dos primeiros meses do ano, que elevou consideravelmente o uso do ar-condicionado. A conscientização freou o crescimento. No balanço final, o consumo de eletricidade acabou sendo 8,8% maior que em 2009.

Embora tenha diminuído o uso de água, a campanha também não conseguiu deixá-lo menor que no ano anterior: o consumo foi 1,1% maior. O número de pessoas levado em conta nos cálculos, já que a Meta estabelecia consumo per capita, foi de 2.761 pessoas em 2009 e 2.728 em 2010.

► **OUTROS RESULTADOS** - O Tribunal que obteve o melhor desempenho na Meta 6 foi o de Goiás, que atingiu 1.958% da Meta (ou seja, economia geral de mais de 39%). Esse número foi alcançado, principalmente, devido a uma forte redução no uso de eletricidade (36%) e telefonia (35,4%). De acordo com os gestores da 18ª Região, o impressionante resultado foi obtido basicamente pelo controle do ar condicionado. "O nosso maior aliado para a redução dos gastos foi à conscientização. Houve redução, mas nada proibitório, tudo através da consciência de cada servidor. Não produzimos nenhum projeto drástico para alcançar a meta", disse Afrânio Honorato Pinheiro, diretor de Serviços Gerais do TRT-GO.



Ana Cristina Barbosa, chefe da Gestão Ambiental, da Seção de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental

"Imaginávamos que atingiríamos a meta, mas fomos além. O resultado superou as expectativas", comemorou a servidora Ana Cristina Barbosa, da Seção de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental, que coordenou, junto com a Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA), os esforços para estimular e disseminar as práticas de racionalização do consumo no TRT-PR.

Na opinião de Ana Cristina, o mérito deve ser repartido entre todos os que fizeram algum tipo de esforço para que o Tribunal gastasse menos e atingisse a Meta 6, principalmente os 162 multiplicadores da Comissão de Responsabilidade. Coube a eles dirigir as atividades nos dois "Pare e Pense", quando todas as unidades do Tribunal pararam, por 15 minutos, suas atividades rotineiras, para discutir o consumo de insumos que têm impacto ambiental e especificar maneiras de reduzi-lo. O papel dos multiplicadores foi fundamental, disse Ana Cristina. "Eles foram



Cleuci Biembenguti da Silva, diretora da Secretaria de Engenharia e Arquitetura

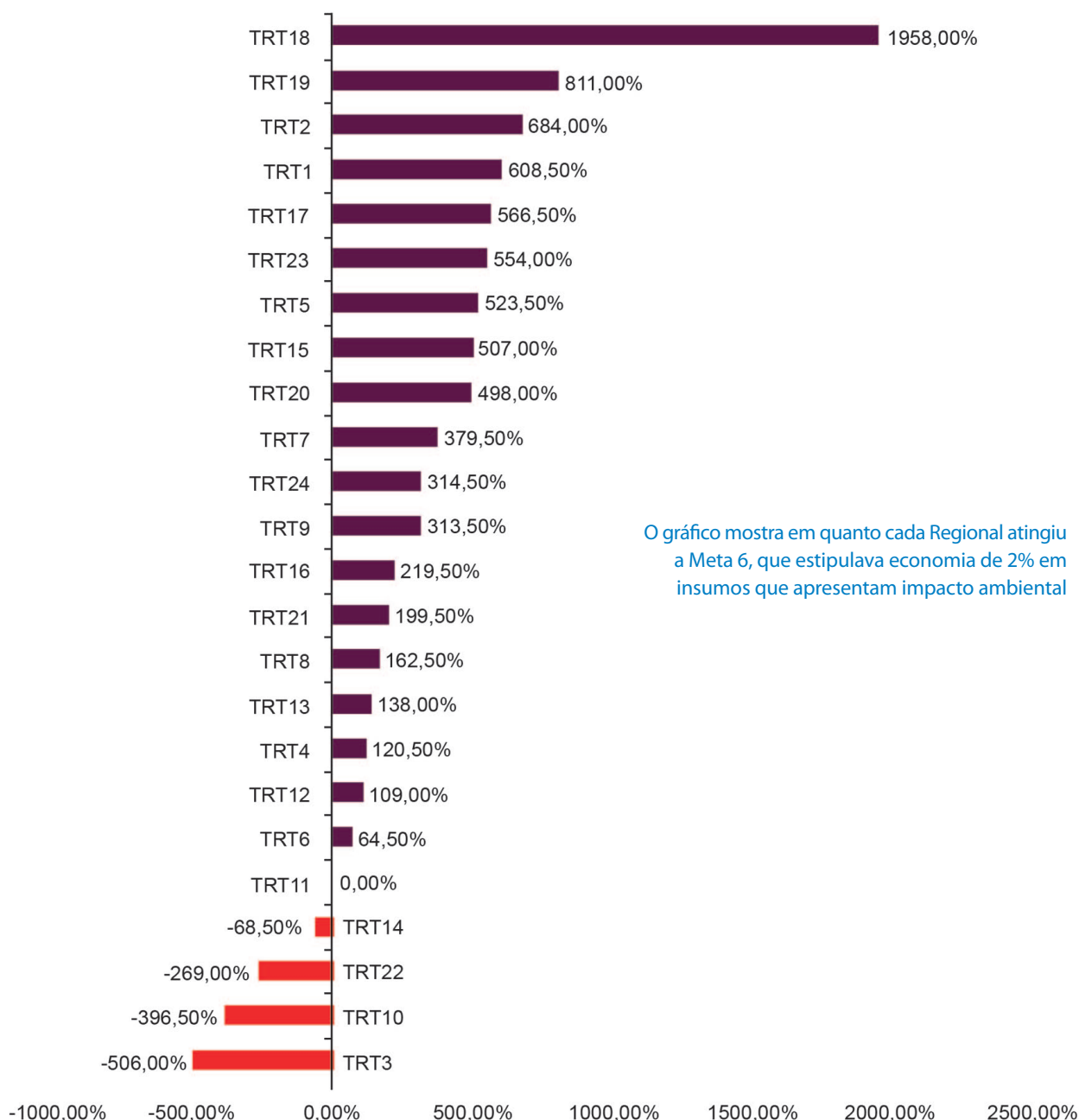
nossos principais colaboradores, fizeram a parada dos 15 minutos, mandaram os relatórios e assumiram todos os compromissos. Sem eles, não teríamos conseguido”.

Nas duas paradas de 15 minutos, surgiram dezenas de sugestões que compõem um relatório de boas práticas ambientais. Esse relatório voltará à discussão no encontro de multiplicadores, marcado para 9 e 10 de junho (Semana do Meio Ambiente), para o debate de práticas de sustentabilidade. Nesse encontro, serão escolhidas as 5 unidades que fizeram jus ao Selo de Inteligência Ambiental. Essa distinção, criada durante o esforço para atingir a Meta 6, será concedida anualmente aos setores que mais avançarem em direção à sustentabilidade.

Para Cleuci Biembenguti da Silva, diretora da Secretaria de Engenharia e Arquitetura, será possível manter o ritmo de economia, depois do esforço concentrado para a Meta 6, “se as pessoas continuarem empenhadas, prestando atenção à questão de apagar as luzes, só ligar o

ar-condicionado quando necessário, e, nesse caso, ligar todas as máquinas, sem deixar as janelas abertas. Se todos adotarem esses procedimentos como postura de trabalho e de vida, não tem porquê essa economia não continuar. É questão de atitude. A meta 6 foi um passo inicial interessante para as pessoas começarem a prestar atenção nas atitudes diárias que fazem a diferença.”

De acordo com a diretora da SEA, haverá mudanças prediais que auxiliarão na economia de energia e água. Elas já começaram a ser aplicadas, porém são lentas, dependem de testes e de investimentos programados. No momento, estão sendo testados sensores de presença nas salas de trabalho. O sistema foi implantado na Secretaria de Engenharia e Arquitetura, e, até agora, segundo Cleuci, está dando bons resultados. Os sistemas de ar-condicionado também vêm, aos poucos, sendo aperfeiçoados, e os próprios equipamentos vão ficando mais eficientes, conforme o avanço tecnológico.



Presidente reafirma meta de concluir as obras do fórum de Londrina neste ano

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargador Ney José de Freitas, inspecionou, em março, as obras do novo fórum da Justiça do Trabalho em Londrina e reafirmou a intenção de concluir as instalações ainda neste ano. A obra começou em 2007, mas teve de ser paralisada porque a fiscalização da Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TRT constatou que a empreiteira responsável pelos trabalhos não estava seguindo o projeto original. As alterações colocariam em risco a estrutura. Por motivo de segurança, a construtora foi substituída, mas a segunda empresa também foi afastada, devido a discordâncias sobre o contrato.

Resolvido o impasse e realizada uma nova licitação, houve novo atraso, agora devido ao aquecimento do mercado de construção civil, que permite às construtoras o luxo de dispensar obras públicas, normalmente mais complexas.

O novo fórum de Londrina envolve uma obra de 16 mil metros quadrados, incluindo a reforma de 7 mil metros quadrados de um antigo barracão do Instituto Brasileiro do Café e a construção de mais 9 mil metros quadrados. Nessa fase, o novo fórum recebe a infraestrutura de luz e água, ar-condicionado e acabamentos.

▶ **VISITA** - Durante a visita ao futuro Fórum trabalhista, o desembargador Ney José de Freitas conversou com o chefe da Setorial, Rivelino Conciani, e com o engenheiro Kelvi Leandro da Silva, da Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TRT-PR. Os dois servidores detalharam os procedimentos que estão sendo realizados nessa fase de retomada dos trabalhos e responderam enfaticamente à principal indagação do presidente: com as medidas corretivas adotadas, o novo fórum tornou-se uma instalação sólida e absolutamente segura.



O novo fórum de Londrina envolve uma obra de 16 mil m², sendo uma parte composta por reforma e outra por novas construções



O engenheiro Kelvi Leandro da Silva detalha ao Presidente os próximos passos para a conclusão dos trabalhos



Na fase em que se encontra, o novo fórum de Londrina está recebendo infraestrutura de luz e água



Os operários reconstruíram as instalações de apoio, na retomada da obra, paralisada por falhas na execução

Dalazen lidera processo eletrônico e convoca Regionais para unificação

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen, chamou para si a liderança da implantação definitiva do processo eletrônico na Justiça do Trabalho. Ele solicitou que os TRTs oficiem ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), indicando profissionais de seus próprios quadros capacitados para análise de requisitos e programação em linguagem Java. Dalazen pretende que os Regionais cedam esses servidores para um esforço concentrado de desenvolvimento do processo eletrônico no TST. “Eu sonho que até setembro estaremos com o Processo Judicial Eletrônico, em fase de conhecimento, implantado na Justiça do Trabalho”, disse o ministro.

“O processo eletrônico – afirmou Dalazen – constitui, para mim, como se sabe e como disse explicitamente no meu discurso de posse, uma meta prioritária e nacional de gestão.” Ele enfatizou a necessidade de um empenho conjunto da Justiça do Trabalho para concluir a implantação.

A declaração foi feita durante a reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor), no dia 30 de março, em Brasília. O presidente do TST pediu engajamento e parceria institucional aos 24 TRTs para viabilizar, rapidamente, o processo eletrônico, alinhado com o sistema que está sendo construído pelo Conselho Nacional de Justiça, chamado PJE, sigla para Processo Judicial

Eletrônico: “Precisamos, paralelamente ao PJE na fase de execução, conjugar esforços com urgência para a implantação do PJE na fase de conhecimento”, reiterou Dalazen.

► **COMITÊ** – “Além disso – acrescentou o presidente do TST –, após muita reflexão, concluí que se faz necessária a instituição de um comitê paralelo ao do PJE, com vistas a promover as adaptações necessárias à fase de conhecimento dos processos na Justiça do Trabalho. Precisamos constituir logo esse comitê”. Pelas características do processo trabalhista, “que clama pela natureza nele embutida, de caráter alimentar”, lembrou Dalazen, “não podemos ser caudatários da Justiça Federal e mesmo da Justiça Estadual. Não podemos esperar mais um ano pela conclusão do PJE na fase de execução. O processo eletrônico e as quantias já investidas não toleram mais esse retardamento. Há, de minha parte, uma decisão já tomada de desenvolver esforços, de imediato, para a implantação do PJE em fase de conhecimento, primeiro e segundo grau, e por isso é que preciso da colaboração muito mais intensa dos Regionais.”

Assessores do presidente do TST relataram que ele tem destinado cerca de 70% de seu tempo de trabalho para fazer o processo eletrônico deslançar. A agenda do ministro reflete a relevância que o TST dá, nesse momento, ao novo sistema.



O presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen (centro), com o coordenador do Coleprecor, Ney José de Freitas (PR), e o vice-coordenador, Carlos Alberto Robinson (RS), durante a reunião do Colégio, em Brasília. Dalazen pediu empenho para implantar o PJE

Valorização do ser humano como forma de motivação e comprometimento

Serviço de Saúde Ocupacional, Desenvolvimento e Benefícios realiza ciclo de palestras para favorecer a qualidade de vida



Inara Passos

O palestrante Wilson Veríssimo Calé falou sobre a importância das relações interpessoais no comportamento humano

Novas atitudes, novo ser humano. Este foi o tema da palestra que o psicólogo Wilson Veríssimo Calé ministrou no auditório da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-PR), no dia 18 de março. Promovido pelo serviço de Saúde Ocupacional, Desenvolvimento e Benefícios (Sedesb), o encontro foi direcionado aos servidores do Tribunal e contou com cerca de 100 pessoas.

O treinamento faz parte de um ciclo permanente de palestras realizadas com o intuito de “despertar ideias nas pessoas, sentindo que podem agregar valor para sua gestão de qualidade de vida”, explica Luciana Nunes da Motta Tavares, psicóloga e responsável pela Seção de Desenvolvimento Pessoal e Organizacional. O ciclo engloba palestras com foco na saúde mental e na qualidade de vida dos servidores.

Reconhecido por possuir uma didática clara, acessível e bem humorada, o palestrante Wilson Calé enfatizou os valores humanos como forma de promover a metamorfose da informação para o conhecimento, e colocá-lo em prática. “Na realidade, a gente sabe muito pouco e temos o mundo inteiro para aprender. E essa disponibilidade de aprendizagem é uma das coisas mais importantes na relação humana, independentemente do papel desempenhado. Não preciso descartar nem depreciar a opinião do outro, pois cada um é um exemplo para si próprio”, lembrou Calé.

Empolgados com a palestra, os participantes também tiveram a oportunidade de vivenciar dinâmicas e assistir a vídeos. “Para mim, a palestra trouxe informações que eu ainda não tinha percebido, além de novos conhecimentos. Também me fez lembrar coisas que estavam meio adormecidas. Foi uma experiência inspiradora”, conta o servidor Jonas de Medeiros. Já a funcionária Claudete Pires dos Santos definiu a palestra como “excelente” e destacou que serviu para “romper barreiras no processo de mudança e também para elevar a autoestima”.

O palestrante também destacou que, na atualidade, o mercado de trabalho está altamente competitivo e as empresas estão exigindo de seus funcionários um padrão de atendimento diferenciado. “As pessoas querem criar alguns métodos, mas o mais importante é a observação. Quando alguém tem uma atitude recorrente, que perturba os colegas no ambiente de trabalho, por exemplo, normalmente esta pessoa só percebe depois de ter feito o que não devia. Quando a gente consegue exercitar a auto-observação, começa a se tornar um ser humano com novas atitudes, por meio do autoconhecimento”, sublinha Wilson Calé, que é autor do livro “Ser mais inovador em RH”. Os interessados em saber mais a respeito do trabalho do psicólogo podem acessar o site: www.wilsoncale.com.br.

Danielle Mengarda



Inara Passos

Wilson Calé: “As pessoas querem criar alguns métodos, mas o mais importante é a observação”

Servidores do TRT-PR lançam livros sobre Processo Eletrônico e Direitos Sociais

Os oficiais de justiça Marcelo Araújo de Freitas e Beatriz Ferreira Corrêa da Silva, ambos do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), lançaram seus livros “O Processo Judicial Eletrônico – Implicações na Atuação do Oficial de Justiça” e “Os Direitos Sociais como Cláusulas Pétreas na Constituição da República de 1988”, respectivamente. O coquetel de lançamento das obras aconteceu no dia 24 de março, no espaço de eventos do Hotel Bristol Ambassador, em Curitiba.

“O Processo Judicial Eletrônico – Implicações na Atuação do Oficial de Justiça” é uma análise da implantação do processo eletrônico, com a descrição de seus fundamentos e discussão da atuação dos oficiais de justiça no cumprimento de mandados expedidos nos autos digitais. Sobre as razões que o levaram a escrever o livro, o autor destaca que “é preciso refletir e discutir a adequação jurídica e social da mudança para os autos digitais, para que o oficial de justiça sinta a segurança de estar prestando um serviço valioso à sociedade”.

A obra, que surgiu do trabalho de conclusão do autor no curso de especialização em Direito e Processo do Trabalho, é uma retribuição de Marcelo ao TRT-PR pelo estímulo à formação continuada dos servidores. “Entendi que me caberia, como servidor, dar resposta à oportunidade de aperfeiçoamento que o Tribunal nos oferecia”, disse ele.

Já o livro “Os Direitos Sociais como Cláusulas Pétreas na Constituição da República de 1988” enfatiza a necessidade de proteção à liberdade e às demais manifestações da condição humana, essenciais ao exercício da cidadania, as quais somente encontraram acolhimento na legislação mais recente, tanto no plano internacional quanto no plano nacional. “A valorização da dignidade da pessoa humana, bem como o reconhecimento dos direitos fundamentais, representam importantes conquistas da humanidade, resultantes de revoluções político-sociais ocorridas nos séculos XVIII e

XIX. Aos poucos, essas conquistas foram incorporadas pelas constituições modernas, principalmente no período pós-guerra, quando esses direitos sofreram um massacre total”, explica Beatriz Ferreira Corrêa da Silva, autora da obra.

De acordo com ela, o livro “defende a ideia de que todos os direitos sociais, inclusive os direitos dos trabalhadores, são limites materiais à reforma constitucional, por se tratarem de conteúdos que representam todo um processo de conquistas históricas e que não podem ser restringidos ou suprimidos, pois isso representaria um retrocesso social”.

Além disso, a autora acredita que, “para a concretização dos direitos sociais, não basta o estabelecimento de políticas públicas por parte do Estado; deve haver também a participação da sociedade”. E a forma que ela encontrou, como cidadã, de transformar as próprias palavras em ação efetiva, foi doar integralmente o montante arrecadado com as vendas do livro para a Pastoral da Criança.

✍ Marcos Dias

Autores doam suas obras para a biblioteca do TRT-PR

Dias após o lançamento, os autores doaram exemplares das duas obras para a biblioteca do TRT-PR. A entrega dos livros aconteceu no dia 1º de abril. Além de atender aos magistrados e servidores, a biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná também é aberta ao público externo.



Os autores, Marcelo Araújo de Freitas e Beatriz Ferreira Corrêa da Silva, no coquetel de lançamento dos livros



A diretora do Serviço de Biblioteca e Jurisprudência, Sônia Regina Locatelli (ao centro), recebeu as doações das obras dos autores

Decisões judiciais precisam ter foco na solidariedade, alerta desembargadora

"O ser humano deve ser o centro de atenção do Direito, e não os seus bens, o que inclui todos os institutos e formulações jurídicas", defendeu a desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu em sua tese de doutorado, apresentada à banca da PUCPR no último dia 18 de março. Com o título "Solidariedade, trabalho e norma: do reconhecimento jurídico à concretização de garantias fundamentais", a desembargadora abordou a necessidade de decisões judiciais com foco na valorização do trabalho e no atendimento das necessidades existenciais.

Para Marlene Suguimatsu, é preciso "equilíbrio para que o anseio de progresso econômico não se sobreponha aos valores humanos e sociais, mas, com estes, torne efetiva a terceira promessa da Revolução Francesa: a fraternidade". Ela lembrou que, ao contrário dos pilares da igualdade e da liberdade propostos pela Revolução, que contaram com esforços jurídicos no sentido de se tornarem garantias concretas do Direito, a fraternidade pouco foi utilizada. "A ideia de fraternidade, quando assimilada pelo Direito, ingressou como inspiradora de normas de Direito Público, como os deveres de assistência em que os particulares são chamados a cooperar apenas de forma indireta, por meio de contribuições e impostos, assistência e reparação em hipóteses de prejuízos causados a outros", exemplificou.

Segundo a magistrada, embora o Direito Privado utilize o princípio da solidariedade, como na legislação de acidente de trabalho, na assistência marítima e no caso de navegação aérea e direito falimentar, é preciso avançar. Neste sentido, "o papel dos aplicadores do Direito é fundamental para construir a ideia de justiça social, que possa ser aplicada em todas as instâncias jurídicas, inclusive nas relações contratuais", salientou.

► Nona - Como foi o desenvolvimento da tese de doutorado?

A pesquisa aborda a aplicação do pensamento solidarista nas relações interprivadas, com ênfase nas relações de trabalho. A solidariedade, que tem raízes religiosas, filosóficas e sociológicas, constitui, hoje, uma categoria jurídica, o que enseja discussões sobre a possível força normativa e o seu papel na interpretação e aplicação do Direito. A sua dimensão jurídica se delineou com as primeiras ideias solidaristas, que brotaram do pensamento sociológico europeu no final do século XIX e início do século XX. No Brasil, ingressou no Direito com a Constituição Federal de 1988, que definiu a construção de uma sociedade livre, justa e solidária como objetivo do Estado.

A pesquisa incursiona, num primeiro momento, em algumas das dimensões metajurídicas da solidariedade, e no seu processo de travessia, até chegar às portas do Direito. A partir de então, passa-se a considerar a sua visibilidade e problematização no discurso jurídico em geral, e nas re-



Inara Passos

"O ser humano deve ser o centro de atenção do Direito, e não seus bens", diz a desembargadora Marlene Suguimatsu

lações interprivadas. Aborda-se a atuação promocional do art. 3º, I, da Constituição e as concepções da solidariedade como princípio jurídico, direito e dever, bem como sua função na esfera dos direitos e garantias fundamentais e na promoção da dignidade humana. Enfatiza-se a sua possível aplicação nas relações contratuais, e mais especificamente nas relações de trabalho, palco de interações entre forças sociais e econômicas em constante conflito. Propõe-se colocar o Direito a serviço de uma causa – da vida humana digna –, de forma que seus institutos, a exemplo do contrato, sejam direcionados a preservar os valores das pessoas, individual e socialmente consideradas. A solidariedade, nesta proposta, será o fundamento jurídico para o reconhecimento de obrigações das partes nas relações contratuais, quando forem necessárias considerações mais justas e humanas das pessoas, das suas relações jurídicas e das suas necessidades existenciais.

► Nona - Defendida a tese, a Sra. pretende transformá-la em livro?

Sim, se houver algum interesse editorial, porque as ideias lançadas na pesquisa poderão, eventualmente, ser úteis no meio acadêmico ou na prática judiciária.

► Nona - Quem tiver interesse no material desenvolvido, onde poderá consultá-lo?

Por ora, o texto e todo o material de pesquisa encontram-se comigo. Logo estarão disponíveis no site da PUCPR, que publica em versão eletrônica o conteúdo das teses e dissertações para pesquisa.

Flaviane Galafassi